

O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA)

*Remy Corrêa de Andrade Júnior**

Resumo

Este artigo aborda a temática das políticas públicas de desenvolvimento rural, mais especificamente aquelas direcionadas à agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi eleito por integrar, de forma inédita/inovadora, política agrícola e segurança alimentar. Delineou-se contextualizar a construção do referido programa na região do planalto norte do estado de Santa Catarina através do protagonismo da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA). Utilizou-se do referencial teórico da inserção da agricultura familiar nos mercados de produtos agroalimentares através de políticas compensatórias. A partir daí, objetivou-se analisar alguns efeitos socioeconômicos do programa, tais como: i) preços agrícolas e renda do agricultor; ii) organizações dos agricultores e iii) qualidade dos produtos ofertados.

Palavras-chave: Políticas públicas de desenvolvimento rural. Agricultura familiar. Segurança alimentar. Programa de Aquisição de Alimentos.

Introdução

Com o advento das políticas públicas estruturais, PRONAF (1996) e Fome Zero (2003), a agricultura familiar passa a ter uma nova dimensão no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de julho de 1996, representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades desta nova categoria social. Por sua vez, o Projeto Fome Zero deixa de ser um plano e transforma-se, em 30 de janeiro de 2003, num Programa, o qual visa a implementar ações no âmbito das políticas agrícola e de segurança alimentar com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome. Nesta lógica, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (doravante PAA) foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero (MATTEI, 2006a). Tal instrumento institui, assim, um componente inovador dentro do modelo de financiamento da agricultura brasileira, implementado a partir da segunda metade dos anos 90 e início deste século, ou seja, torna-se nítida, em sua concepção e operacionalização, a integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005).

Sendo assim, o PAA é um instrumento de política pública, criado pelo Governo Federal e instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, ambos de 2 de julho de 2003, com a finalidade de *“incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”*.

Apesar do interesse crescente pelo Programa, poucos estudos têm sido realizados em Santa Catarina, com exceção do trabalho de Mattei, em 2006, o qual procurou identificar e analisar elementos de impactos do PAA em municípios do extremo oeste catarinense (São Miguel do Oeste, Guaraciaba e Dionísio Cerqueira), procurando

delimitar os efeitos gerados pelo programa sobre os atores envolvidos na comercialização de produtos da agricultura familiar, avaliando o desenho institucional do programa e debatendo o potencial de mercado gerado por estas compras públicas.

O presente trabalho foi realizado no município de Mafra, na região do planalto norte catarinense, tomando-se como referência em termos de organização local dos agricultores familiares, a Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA), a qual representou a referência pioneira protagonista do PAA naquela região.

Neste contexto, delimitou-se como problema de pesquisa: *Sendo o PAA um instrumento de comercialização dos produtos da agricultura familiar, quais seriam os seus possíveis efeitos na dinamização das economias locais de alguns municípios do planalto norte de Santa Catarina?* Esta dinamização das economias locais traduzir-se-ia em: (i) *influência nos preços agrícolas regionais*, (ii) *nas organizações dos agricultores familiares* e (iii) *e na qualidade dos produtos agropecuários ofertados*. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no planalto norte catarinense através do protagonismo da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra. Deste objetivo fundamental inferem-se dois objetivos específicos. O primeiro baseia-se na investigação da trajetória deste programa naquela região, e o segundo constitui-se em identificar os efeitos socioeconômicos do mesmo.

Na atualidade, dentre as correntes de estudiosos que analisam políticas agrícolas e segurança alimentar será utilizado como marco teórico o referencial da inserção da agricultura familiar nos mercados de produtos agroalimentares, com vistas a abordar a produção de alimentos realizados em pequenos e médios empreendimentos rurais (associativos e cooperativos) e as possibilidades para sua promoção, destacado no Brasil pelos trabalhos de Maluf. Tal abordagem foi desenvolvida por Sachs (1999, apud MALUF, 2004) com base num modelo kaleckiano, no qual a dinâmica econômica é

estimulada pelo emprego. Sachs, neste mesmo trabalho, destaca o papel das unidades familiares rurais gerando emprego e assegurando uma oferta crescente de alimentos (MALUF, 2004).

A metodologia de investigação baseou-se, inicialmente, numa pesquisa exploratória junto ao órgão executor do PAA em Santa Catarina, ou seja, a Superintendência Regional da Conab. Lá foi apontada a Coorpa como referência pioneira da implantação do programa no planalto norte catarinense. Foi construída uma base de dados a partir de informações cedidas pela Coorpa, em que constam: número de agricultores familiares fornecedores, montante das aquisições e número de entidades socioassistenciais beneficiadas durante as safras no período de 2004 a 2007. Assim, o estudo procurou combinar o uso de informações quantitativas e qualitativas. As informações de caráter primário foram obtidas através de um questionário semiestruturado e entrevista face a face junto aos órgãos executores do programa, como também às organizações locais envolvidas.

Este artigo está estruturado em seis seções, incluindo a presente introdução. Na seção dois se discute a questão das políticas públicas para a agricultura familiar e sua relação com a segurança alimentar e nutricional. Na terceira seção é feita a caracterização socioeconômica da região pesquisada. A quarta seção descreve a construção do PAA no planalto norte catarinense. Na quinta seção apresenta-se uma síntese dos resultados. E ao final, procura-se expor algumas considerações com o intuito de colaborar no estudo da avaliação de políticas públicas no Brasil.

Políticas públicas para a agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional

No Brasil, o interesse pela análise dos efeitos de políticas públicas tem sido contemplado com maior frequência nas áreas da alimentação, educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, saneamento e combate à pobreza, ou seja, as chamadas políticas de *welfare state* ou política social (MEDEIROS, 2001).

Os estudos sobre efeitos da política agrícola brasileira demonstram que a intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição e seu objetivo fundamental tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados. No caso do Brasil, os projetos de industrialização, via substituição de importações, levados a cabo pelo Estado no pós-guerra, generalizaram um padrão de intervenção estatal que afetou sensivelmente o setor agrícola, atribuindo-lhe, ademais, as “funções” de transferir recursos para o financiamento da industrialização e de produzir alimentos baratos para viabilizar um processo de industrialização dependente do pagamento de baixos salários para sua força de trabalho (DELGADO, 2001). Por isso, a literatura no campo das avaliações dos impactos das políticas agrícolas no Brasil apresentou, durante décadas, um enfoque meramente produtivista com uma gama de questionamentos quanto à forma de “desenvolver” o setor agrícola com maior produtividade, entretanto as pesquisas relacionando políticas públicas para agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional são recentes.

A agricultura familiar no Brasil surge como fruto de um processo histórico das políticas públicas para a agricultura, sobretudo àquelas praticadas nas décadas de 1960 a 1980. Sendo assim, torna-se necessária a contextualização das mesmas até o advento das políticas específicas para tal categoria, no caso, o PRONAF e, por continuidade, o PAA.

A literatura que aborda as políticas públicas destinadas à agricultura trata das décadas de 1960 e 1970 como um marco. Foi nesse período que aconteceram mudanças profundas na agricultura brasileira e seu conhecimento é fundamental para a compreensão do quadro das décadas mais recentes (MULLER, 2007). Numa tentativa de identificar os períodos das políticas agrícolas no Brasil, Buainain (1997) periodiza a evolução da política agrícola brasileira em cinco

fases. A primeira fase assinala a montagem do Sistema Nacional de Planificação Agropecuária, em meados dos anos 60 até o final da década de 70. Neste período é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual ofertava crédito aos agricultores de maneira farta e barata, isto possibilitou a expansão da utilização de equipamentos agrícolas, uso de defensivos agrícolas e demais tecnologias consideradas inovadoras, somaram-se ações na área de pesquisa e fomento e política de preços mínimos. Data desta época também a aprovação do Estatuto da Terra, o qual estimulou a proliferação do capital no campo. A segunda fase corresponde aos primeiros anos da década de 1980, fortemente marcados pelo crescente desequilíbrio externo e eclosão da crise da dívida, cobre o período de 1980-1984, trata-se de um período de retração e contenção de crédito agrícola. A terceira fase corresponde aos primeiros anos da Nova República (Governo Sarney), basicamente o período entre 1985-1988, com o lançamento de diversos planos econômicos objetivando a baixa da inflação e o controle da dívida externa, diminuindo a participação do Estado no financiamento da atividade agrícola. Este período marca a ascensão dos movimentos sociais no campo. Na quarta fase, engloba o final dos anos 1980 até 1995, governos Collor/Itamar, fase neoliberal com a diminuição da participação do Estado na economia, surgimento do Mercosul, com impactos relevantes sobre a agricultura e recrudescimento dos movimentos sociais no campo. Na quinta fase, Governo Fernando Henrique Cardoso, o crédito agrícola mostra a sua face perversa, demonstrando ser discriminatório por produto, por região e por produtor. O PRONAF surge a partir de mobilizações dos agricultores (Grito da Terra), evidenciando o reconhecimento dos agricultores familiares. Schneider (2009) colabora classificando em três gerações as políticas de desenvolvimento rural no Brasil, partindo dos anos 1990. De 1993-1998, com um modelo produtivista e perverso, a reforma agrária entra na pauta das discussões e o reconhecimento da agricultura familiar materializa-se com a implantação do PRONAF. No período de 1998-2004/5 observa-se, adentrando o Governo Lula, o estabelecimento de políticas

compensatórias como Bolsa-Família, Programa Fome Zero, Programa de Aquisição de Alimentos, incluindo, assim, um contingente expressivo da população rural (mulheres, jovens, populações tradicionais, etc.). E, finalmente, de 2004/5 até hoje, direcionado para a problemática da segurança alimentar (novas relações entre agricultores e consumidores) e sustentabilidade ambiental (práticas agroecológicas e recursos energéticos alternativos).

A partir deste contexto, Maluf (2004) considera a agricultura familiar como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. E ainda, o reconhecimento desta categoria social promove a equidade e a inclusão social simultaneamente a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos de qualidade à população, produzidos sob formas sustentáveis, gerando, assim, ocupação e renda. Além disso, incorpora-se aí uma nova relação a nível dos mercados agroalimentares com ênfase na segurança alimentar e nutricional, ou seja, “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”(MALUF, 2007).

Caracterização socioeconômica da microrregião pesquisada

Mafra possui 52.697 habitantes (IBGE, 2008), representando 0,93% da população do estado, sendo 37.713 habitantes na zona urbana (75,52%) e 12.227 habitantes na zona rural (24,48%). Com área de 1.404,2 quilômetros quadrados, representando 1,47% da área do estado, sua densidade demográfica é de 36,1 habitantes por quilômetro quadrado e seu IDH é de 0,788 (PNUD, 2000). Segundo o IBGE - Censo 2005, o município possui um PIB de R\$ 638.586.000,00 (24º colocado de SC) e um PIB *per capita* de R\$ 12.338,00. O município pertence à microrregião de Canoinhas, fazendo parte da mesorregião do planalto norte catarinense. Dista 310 km da capital

Florianópolis e 105 km de Curitiba. Faz fronteira com o estado do Paraná, cujo município limítrofe é Rio Negro. Além deste, tem limites com os municípios de Itaiópolis (SC), Lapa (PR), Papanduva (SC), Rio Negrinho (SC) e Três Barras (SC). É um importante entroncamento rododiferroviário na região, servido pela BR 116, BR 280 e a antiga ferrovia RFFSA. Tem sua origem vinculada ao município limítrofe Rio Negro, no Paraná, pois, antes da mudança dos limites entre os dois estados, as duas cidades faziam parte de um único município, cujas terras abrangiam as duas margens do rio do mesmo nome. No século XVIII, após a abertura da Estrada da Mata, tornou-se caminho e parada de tropeiros. A colonização, o desbravamento e os costumes são originários de elementos europeus. Em 1829 chegaram os imigrantes do Trier e, em 1877, os da Bukovina (Alemanha); em 1891, os da Polônia e, em 1895, os da Rutênia e os da Rússia. A partir de 1894, a questão dos limites com o estado do Paraná configura-se como litígio. Entre 1913 e 1916, eclode o conflito conhecido como a Guerra do Contestado. Tal episódio é entendido pelos historiadores como uma insurreição do sertanejo catarinense (caboclos e imigrantes), provocada pelo avanço do capitalismo na região, influenciada pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e pela ação danosa da empresa Southern Brazil Lumber encarregada pela exploração da madeira da Floresta da Araucária na região. O conflito (mistura de movimento messiânico, campanha militar e luta pela terra) envolveu 30 mil pessoas, num território de 28 mil quilômetros quadrados, abrangendo os atuais municípios de Curitiba, Campos Novos, Joaçaba, Caçador, Porto União, Canoinhas e Mafra e vitimou cerca de 8 mil combatentes. A discussão sobre o território contestado, representou uma das maiores revoltas envolvendo a população do meio rural, que se conhece na história do Brasil. Em 1917, com o fim da Guerra do Contestado e a definição dos limites com o estado do Paraná, são criados vários municípios, dentre eles Mafra. Inicia-se, assim, a partir de 1918, uma nova onda migratória, incentivando planos de colonização das terras devolutas. Centenas de famílias provenientes, principalmente,

das colônias velhas gaúchas, litoral catarinense, teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros, poloneses, ucranianos, russos e árabes acessam as novas vilas e colônias utilizando a via férrea.

O extrativismo da erva-mate e da madeira dinamizou, num primeiro momento, a economia da região. A exploração da erva-mate entra em decadência em meados da década de 1930, em virtude da concorrência com o mate argentino de melhor qualidade. Quanto à madeira, a cobertura vegetal dominada pela Floresta da Araucária (com gigantescas espécies de cedro, pinheiro, imbuia, canela e outras) atraiu a cobiça pela extração, possibilitando a implantação da indústria madeireira e, a partir dela, a do papelão, papel, celulose e móveis. No setor agropecuário o município destaca-se na produção vegetal, tendo em vista a sua extensão territorial (é o quarto município em extensão territorial de Santa Catarina) e à fertilidade do solo. As culturas predominantes são soja, milho, feijão, trigo e cevada. Além disso, cabe destacar a forte presença do fumo em inúmeras unidades de produção familiar do município. A silvicultura também é expressiva, sobretudo nas últimas décadas, contribuindo com matéria-prima para a indústria madeireira, diminuindo a pressão pela exploração de áreas de mata nativa. Na produção animal, a apicultura assume importância, já que a qualidade do mel é reconhecida internacionalmente. Registre-se ainda, a avicultura, a suinocultura e a bovinocultura de leite. Atualmente, esta região, considerada no passado uma das mais pobres do estado (em virtude da exaustão dos ciclos da erva-mate e da madeira), tem apresentado crescimento na produção de grãos (milho e soja) e expressivo aumento no rebanho suíno e de aves, estimulando a instalação de frigoríficos. Cabe salientar o aspecto logístico, principalmente transporte (entroncamento rodoferroviário e proximidade dos portos). Sob o aspecto fundiário, o município caracteriza-se pelo predomínio de unidades de produção familiar, com uma concentração dos estabelecimentos na faixa de 10 a 50 hectares.

A construção do PAA no planalto norte catarinense

A implementação do PAA no planalto norte catarinense remonta à segunda metade dos anos 1990, com a implantação do Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF) em 1997. Esta entidade apresentava como proposta *“viabilizar a apropriação crítica de recursos tecnológicos e informações estratégicas para o desenvolvimento rural, a melhoria da qualidade de vida, trabalho e produção da agricultura familiar”*. Portanto, não se tratava de um banco de crédito, mas, sim, de recursos tecnológicos, de assessoria técnica ao agricultor, desenvolvendo formas de relacionamento com a produção científica e o novo rural brasileiro, recebendo a produção agropecuária, colocando os produtos no mercado e informando preços. Além de Mafra, foram contemplados com agências, outros quatro municípios no Brasil: Frederico Westphalen – RS, Silvânia – GO, Araçuaí – MG e Mossoró – RN. O BNAF era um dos projetos desenvolvidos pela Fundação Lyndolpho Silva (alusão a um dos pioneiros dos movimentos sociais no campo e fundador da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab, nos anos 1950 e 1960), e trata-se de uma entidade civil, com caráter técnico-científico, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Sendo assim, no decorrer deste processo e visando preencher a lacuna da comercialização é fundada a Coarpa - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra - iniciando suas atividades em dezembro de 2002. Esta congrega oito grupos formais de agricultores familiares, sendo que cinco desses grupos são agroindústrias de processamento de alimentos. Esses grupos formam uma rede de associações abrangendo, além de Mafra, os municípios de Itaiópolis e Porto União; atendendo cerca de 300 famílias de agricultores. Os grupos integrantes são: Associação Portal Verde (fábrica de conservas), Associação Apromel (entrepasto de mel), Associação Novo Rumo (usina de beneficiamento de leite e derivados), Associação

Vitória (panificação, biscoitos caseiros), Associação Afruta (sucos e geleias), Associação Hable (entrepasto de ovos) e Associação Iraense (feijão). Dispondo desta estrutura, habilitou-se, a partir de 2004, a participar do PAA, sendo pioneira na implantação do mesmo na região. Além disso, a cooperativa é mediadora de projetos junto à Conab e atende a instituições beneficiárias em oito municípios (Maфра, Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Três Barras, Canoinhas, Itaiópolis, Porto União e Joinville).

Síntese dos resultados

De maneira geral, analisando-se a base de dados obtida, observam-se, a partir de 2004, números crescentes em relação a valores das aquisições, número de agricultores familiares participantes e instituições beneficiadas. Os percentuais de aumento são expressivos no período de 2004 a 2007. As aquisições iniciam com três produtos - leite, feijão e ovos - ampliando no decorrer dos anos para iogurte, biscoitos, mel, conservas, geleias e olerícolas. Levando em consideração, os objetivos deste artigo, os efeitos do PAA serão analisados por associação vinculada à Cooarpa.

A participação da Associação Novo Rumo (leite e derivados) começa em 2004, com a aquisição de 28.400 litros de leite pasteurizado integral ao preço de R\$ 0,95/litro. Em 2005 não há fornecimento e em 2006 são negociados 9.500 litros com o mesmo preço anterior. Acrescente-se que, neste ano, agregou-se o iogurte dentro das compras institucionais, sendo negociado um montante de 5.535 litros ao preço de R\$ 1,53. Em 2007, estas compras apresentam um forte incremento, com o leite participando com 32.092 litros a R\$ 1,05/litro e o iogurte com 20.714 litros ao preço R\$ 1,53/litro.

Quando os produtores foram perguntados sobre o efeito do programa no preço do leite e renda dos agricultores, registram que os valores referência da Conab não influenciam o mercado regional. Inclusive relatam prejuízo no projeto de 2007, quando o custo industrial para o leite pasteurizado estava em R\$ 1,20/litro. Quanto

ao efeito nas organizações foram apontados aspectos positivos, ocasionando a inclusão de agricultores fora da associação. Quanto ao estímulo na qualidade, cabe salientar que o estabelecimento possui Inspeção Federal e que houve investimentos tanto na produção (aquisição de tanques de resfriamento, melhoramento genético, pastagens, etc.) quanto na agroindústria (compra de equipamentos modernos).

A Apromel inicia as aquisições em 2005, negociando 2.304 kg ao preço de R\$ 8,00/kg. Em 2006 foram 2.499 kg ao preço de R\$ 7,00/kg e 2007 com 6.734 kg ao preço de R\$ 7,50/kg. As quantidades comercializadas influenciaram positivamente os preços regionais do mel (principalmente afastando atravessadores) e a renda dos apicultores a tal ponto que a produção passou a ser direcionada integralmente ao programa. No quesito organização foram agregados novos apicultores e, em qualidade, o estabelecimento enquadra-se no Serviço de Inspeção Federal e o mel da região tem reconhecimento internacional neste quesito.

O Programa de Olericultura comercializa hortaliças (cebola, cenoura, pimentão, repolho, couve-flor, beterraba) e frutas (morango, tomate e melão). Neste grupo entrevistou-se uma jovem agricultora dedicada à produção de morango. O preço referência da Conab para este produto é o melhor do mercado, pois o preço médio local ficava entre R\$ 3,95 a 4,15, enquanto o preço oferecido estava em R\$ 6,00 a caixa (esta contém quatro bandejas, perfazendo um total de 1,3 kg). Consequentemente, houve efeitos positivos evidentes sobre a renda, além de estímulo ao aumento da produção e investimento em tecnologia, com a introdução de variedades de sementes que possibilitam maior durabilidade do fruto no pós-colheita, consequentemente, melhorando a qualidade. No quesito organização houve a incorporação da Associação Portal Verde (conservas) à Coarpa, já que havia dificuldades na comercialização.

A Associação Vitória (biscoitos caseiros) entrou no programa em 2005 com uma aquisição inicial de 2.160 kg com preço estipulado de R\$ 5,70/kg. Já em 2006 fornece 2.155 kg a R\$ 5,80, culminando em 2007 com a aquisição de 6.650 kg ao preço de R\$ 6,20. O programa

influencia no mercado local e tem obtido lucro. A produção foi triplicada, houve investimentos na agroindústria, sendo citados: a aquisição de um forno maior e mais econômico (o forno anterior a gás produzia 4 fornadas/dia, com a compra de um mais moderno foi possível produzir 27 fornadas, além disso, com este equipamento evitou-se desperdício, pois com o anterior havia muita perda por biscoitos queimados), a colocação de um poço artesiano (já que era um limitante na agroindústria e pela própria exigência da Vigilância Sanitária), colocação de uma placa para identificação do estabelecimento, como também investiu-se na segurança do estabelecimento, com a instalação de um alarme. Com o aumento da produção, necessitou-se de mais mão-de-obra para atender aos contratos. Foi relatado episódio recente, nas últimas aquisições, em que houve dificuldades no recrutamento de novos artífices para o estabelecimento, pois os agricultores estavam envolvidos com a colheita do fumo. Outro aspecto interessante é que foi aberta a possibilidade de adquirir ingredientes dos produtos dentro da própria comunidade, sendo citado o exemplo da banha e da manteiga, criando, assim, novas relações mercantis dentro da comunidade.

A Associação Iraense (feijão) iniciou com o PAA em 2004, contratando 800 kg ao preço de R\$ 1,76/kg, em 2005 aumentou para 2.870 kg a R\$ 1,74 e, em 2006, comercializou 5.744 kg ao mesmo preço do ano anterior. Não houve comercialização em 2007, pois o preço referência da Conab estava muito abaixo do mercado. O preço ofertado nos últimos anos estava cobrindo os custos e não influenciou o mercado local do produto. Não houve aumento da área de produção. Quanto a investimento em tecnologia, houve a compra de um secador. O produto é comercializado em fardos com pacotes de 1 kg.

Considerações finais

A análise da formação socioeconômica da região do planalto norte catarinense demonstra uma forte influência do capital transnacional, num primeiro momento, via extrativismo (ciclo da

madeira) e, em um segundo, a monocultura (cultivo do fumo). No momento, estas atividades/sistemas denotam um quadro de crise. A atividade madeireira, a qual possui como principal cliente os Estados Unidos (tendo em vista os recentes problemas econômicos) tem ocasionado frequentes prejuízos ao setor. Paralelamente, observa-se a expansão do binômio soja-milho, além do incremento da bovinocultura de leite, suinocultura e avicultura, ou seja, atividades típicas da agricultura familiar. Esta tradição histórica de dependência do capital transnacional, dificultou a mobilização dos agricultores na região, inclusive com vários relatos contidos nas entrevistas realizadas. O protagonismo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mafra e a implantação de uma agência do Banco Nacional da Agricultura Familiar em meados dos anos 1990 (paralelo às jornadas reivindicatórias do campo a nível nacional, culminando com a criação do PRONAF), além de estabelecer um importante marco na ruptura deste paradigma, na região, foram a gênese do surgimento da COOARPA. Tal instituição, viabilizando a comercialização dos produtos da agricultura familiar, tornou-se, sobremaneira, a síntese dialética do processo.

No que se refere aos efeitos do PAA sobre os preços agrícolas e renda dos grupos integrantes da Cooarpa, constatou-se que houve efeito positivo para os grupos cujo preço de referência (estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB) estava acima do mercado. Houve reflexos na implementação de inovações nos sistemas de produção, como também nas agroindústrias, com melhoria na qualidade dos produtos ofertados. A garantia de preço e comercialização gera renda, elimina o intermediário e inclui o agricultor no mercado institucional. Novas relações mercantis entre os atores foram estimuladas. Os efeitos relativos à organização dos agricultores podem ser observados pela aquisição da Associação Portal Verde através da Cooarpa. Além disso, a própria Cooarpa estimulou a construção de outra rede de agricultores fornecedores para o PAA. Como é o caso da Associação Afruta (suco de uva e geleia de frutas) do município vizinho, Porto União, que

também iniciou as aquisições via Coorpa, hoje já negociam autonomamente seus próprios projetos. Outro aspecto a ser considerado é o contingente de agricultores vinculados às associações, sempre apresentando um número expressivo de participantes, chamando atenção o caso da Apromel. Quanto aos efeitos sobre a qualidade dos produtos ofertados, as evidências são nítidas. Todos os produtos ofertados atendem aos requisitos dos serviços de inspeção e vigilância sanitária, ou seja, Ministérios da Agricultura (inspeção de produtos de origem animal) e da Saúde (via Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Além do que, a autoestima dos agricultores traduz-se quando enfatizam e expressam na rotulagem de seus produtos, tratarem-se de *Produtos da Agricultura Familiar*.

Caberia salientar que o fornecimento dos produtos para entidades socioassistenciais demonstrou estimular a integração entre o campo e a cidade - agricultores(as) e consumidores – o novo paradigma do desenvolvimento rural no Brasil.

Finalmente, a tônica unânime dos depoimentos pela continuidade do PAA e o enraizamento do mesmo junto às comunidades, coloca no debate a questão: política de Governo e política de Estado. Enquanto política de Governo resume-se a um mandato, já a política de Estado tende a ser perene, necessitando, no caso do PAA, transformá-lo em uma política permanente, de caráter estratégico (soberania alimentar). Observa-se, portanto, nestes seis anos de implantação, que o PAA consolida-se como programa de acesso à alimentação adequada e saudável e importante instrumento de política agrícola, como também demonstra fazer parte do conjunto da política econômica e social do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Além do que, pelo compromisso assumido no início deste governo, o direito à alimentação passa a ser, efetivamente, objeto de política pública.

Notas

* Médico Veterinário, Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do estado do Rio Grande do Sul e Mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Endereço: Avenida Sarandi, 344 Apto. 1 – Centro - Rondinha – RS CEP: 99.590-000

E-mail: veio1961@yahoo.com.br

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social/CONSEA. **PAA 5 anos: Balanço e perspectivas**. Documento do Seminário realizado em Brasília nos dias 16 a 18 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/consea>. Acesso em: 25 jun. 2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). IBGE Cidades@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 14 out. 2008.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Trajetória recente da política agrícola brasileira**. Projeto UTF/FAO/036/BRA. Instituto de Economia. UNICAMP, Núcleo de Economia Agrícola (NEA), 1997.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, vol. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

_____. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MATTEI, Lauro. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa**. Brasília. Fundação Universidade de Brasília, 2006a.

O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA) – *Remy Corrêa de Andrade Júnior*

_____. **Políticas públicas de combate à fome: o caso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar no estado de Santa Catarina.** Brasília. Fundação Universidade de Brasília, 2006b.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990.** Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 852).

MULLER, Ana Luíza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHMITT, Cláudia Job. Aquisição de Alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 14, n. 2, p.78-88, abr./maio/jun. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. **Evolution of rural development paradigm in Brazil.** Rural Sociology Group: The Netherlands, march 2009. Disponível em: <http://ruralsociologywageningen.wordpress.com/2009/03/06/evolution-of-rural-development-paradigm-in-brazil>. Acesso em: 16 mar. 2009.

Abstract

The paper analyses the subject of public policies of rural development, in specific at family farmer. The Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) was elected, for to integrate of way unpublished-innovating farming politic and food security. In this context delineated the construction of program in the North Plateau of state Santa Catarina through the protagonism of the Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA). Utilized of theoretical reference the participation of family farmers in agrofood product markets through of compensatories politics. In such case, intended to analyse some socioeconomics effects of program, like: i) agricultural prices and family farmers rent; ii) the social movements of family farmers; and iii) quality of offered products.

Keywords: Public policies of rural development. Family farmer and food security. Programa de Aquisição de Alimentos.